

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS: UM ESTUDO DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Klaissa Verônica do Santos Anderson¹
Ruth Cristo Almeida²

RESUMO

O presente estudo expõe questões ligadas à educação, suas práticas e atividades/abordagens vinculadas às relações étnico-raciais e de gênero, observadas em uma escola de ensino fundamental da capital paraense. A pesquisa contou com a aplicação de entrevistas semiestruturadas que abordaram pontos referentes à educação etnicorracial e o trabalho pedagógico e metodológico de ensino, por profissionais que compõem a equipe escolar, e de maneira interdisciplinar; objetivando analisar e pesquisar o trabalho apresentado pela instituição de ensino para o trato como a diversidade e superação do racismo, discriminação e preconceitos. Pela aplicação do instrumento investigativo e dada a ausência do trabalho escolar voltado para uma educação das relações raciais que esteja além das páginas de livros didáticos e/ou feiras artísticas às datas comemorativas específicas na escola desta pesquisa, infere-se a necessidade de um trabalho e atividades interdisciplinares mais objetivos e conexos à realidade nacional, de combate à discriminação e preconceitos ligados à identidade racial.

Palavras-chave: Educação. Práticas Pedagógicas. Relações Etnicorraciais. Formação Profissional.

INTRODUÇÃO

“A educação tem por objetivo suscitar e desenvolver certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto. O que nos permite viver em sociedade é sabermos que somos iguais e diferentes ao mesmo tempo. E a educação pela qual passamos nos faz assim. É por isso que a educação é um processo social”.

Èmile Durkheim, 1965.

Definir Educação não é tarefa fácil nem ponto de partida para qualquer trabalho ou pesquisador, o principal (e que mais importa) é entendê-la em suas mais diversificadas formas de apresentação e possibilidades. Absorver todo conhecimento que emana de sua essência e desenvolver aquilo a que se propõe: educar (e aprender). Nesta perspectiva, a (multi) cultura, diversidade e direitos humanos são conceitos ou relações sempre ligados e vinculados à educação, no sentido de respeito, atendimento e reconhecimento, conforme legislações pertinentes³. Portanto, para o processo de ensino-aprendizagem (processo de formação, construção e desenvolvimento sócio-cultural do sujeito) as possibilidades de orientações que

¹ Mestranda em Educação pela UFRGS, TAE IFPA/Ananindeua. Belém/PA, Brasil. kvdsa_25@yahoo.com.br

² Doutora em relações de gênero. Professora na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA. Belém/PA. Brasil. ruthalmeida@gmail.com

³ Constituição da República Federativa de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/1996, Lei 10.639/2003 – Ensino e obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da Rede de Ensino.

versem uma educação cidadã, que contemple a integralidade de instrução e histórica da formação cultural do país, alicerçada na contribuição do povo negro, afro, africano de luta, sofrimento e afirmação cultural.

A ideia da constituição histórica híbrida nos ajuda na compreensão cultural da construção da identidade nacional brasileira, onde sujeitos diferentes em raça, gênero e orientação se percebem e se respeitam em função do reconhecimento do outro, referenciado também por João Batista Cardoso (2008, p. 43) por “hibridismo cultural como um fenômeno histórico-social que existe desde os primeiros deslocamentos humanos, quando esses deslocamentos resultam em contatos permanentes entre grupos distintos (grifos meus)”. Assim apresentada e identificada, nada pode ser negado ou ocultado no/do processo educacional (formal e/ou informal); no entanto, notase algumas falhas neste processo, principalmente no que se refere à Educação para as Relações Étnico-Raciais, à história do negro, das culturas dos povos Afro-Brasileiros, que muito têm de sua história sombreado no processo educacional, seja em sala ou no ambiente informal de educação, seja por professores em suas práticas docentes e pedagógicas, ou nos conteúdos dos livros (materiais) didáticos, 13 anos depois da implementação da Lei 10.639/2003, que trata sobre as questões relacionadas à Educação Étnico-Racial - EREER e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino.

Nesta construção, a escola tem um papel fundamental e principal - mas não único - no processo de desenvolvimento e formação social/educacional do indivíduo, não podendo ou possibilitando formas de ‘manipulações’ ou ocultações da História do passado do povo e cultura negra, presentes e ativos na construção do passado e do presente, da nação brasileira. Ao contrário, precisa assumir seu papel de agente transformador e multiplicador do conhecimento, formando cidadãos críticos e conscientes, ativos para edificações de uma sociedade justa e igualitária. Preocupando-se com a boa (excelente) formação dos profissionais responsáveis pela educação de crianças, jovens e adultos, garantindo material de apoio que aborde de forma real e positiva a construção étnico-racial sócio-histórica do povo e da nação, sem meias verdades ou desconsiderando sua existência.

Pela observação e pesquisa de campo de educação fundamental em uma escola pública da capital, da prática docente e profissionais envolvidos na educação da referida instituição quanto à abordagem da temática aqui em destaque (ERER), bem como práticas pedagógicas com vistas a uma educação de acesso à informação, pela desconstrução da imagem de um país livre de preconceitos e discriminações de raças e outros pontos, e sim pela apresentação de um preconceito velado e às escuras que perdura e se arrasta ano após ano, trazendo problemáticas de convívio, cidadania e respeito ao outro; em função da lacuna no que diz respeito aos

ensinamentos e debates referentes aos povos negros e afro-brasileiros (e sua historicidade). Compreendida pela educação como campo de diversidades sociais e culturais, que abrangem direitos e deveres, justificada por relações de consciência e transformações sociais que visem o rompimento de barreiras, posturas e atitudes discriminatórias, preconceituosas referentes às questões de gênero e lutas pela igualdade étnico-raciais, por exemplo.

METODOLOGIA

“Como a realidade social só aparece sob a forma de como os indivíduos vêm este mundo, o meio mais adequado para captar a realidade é aquele que propicia ao pesquisador ver o mundo através “dos olhos dos pesquisados”.

Miriam Goldenberg, 2001

Para o acúmulo de estudo teórico e referencial sobre a complexidade da temática (ERER), em um primeiro momento, foi realizado estudo bibliográfico em autores que abordam a discussão relacionada à educação étnico racial e gênero, bem como legislações pertinentes à abordagem específica aqui apresentada.

Compreendo que o objeto de estudo é que determina a escolha da metodologia empregada, a sistematização e análise dos dados. Nesse sentido, elegi a abordagem qualitativa para trabalhar o problema desta pesquisa. A coleta de dados para a pesquisa foi realizada no período de outubro a novembro de 2016, com entrevistas semi-estruturadas, de forma quantitativa e qualitativa em uma Escola Pública de Ensino Fundamental⁴ na cidade de Belém/Pa, com professores, profissionais escolar e gestores.

Com base na análise documental escolar referente à proposta de uma educação e orientação étnico racial, e gênero - fundamentada na formação de indivíduos conscientes e comprometidos com a sociedade e sua formação histórica, bem como de respeito à identidade - seguida de entrevista referentes às práticas pedagógicas e docentes utilizadas para o trato da temática, procurou-se apreender de que forma este processo de formação se desenvolve e se acontece, bem com o envolvimento nos projetos e planejamentos das documentações oficiais escolares⁵.

Neste sentido, foram entrevistados docentes e profissionais escolares da equipe pedagógica para compreensão da prática de trabalho e abordagens de questões referentes à Educação Étnico Racial e de gênero. Apresentadas no quadro abaixo.

⁴ Alunos do fundamental menor, do 5º ano, da Escola de Ensino Fundamental Rubens Peixoto (nome fantasia).

⁵ Projeto Político Pedagógico – PPP; Planejamento Anual, semestral; Planos de Aula e disciplina; Atividades escolares.

Quadro 1: Pesquisa Qualitativa com professores e setor pedagógico

Nº	QUESTINAMENTOS	GRUPO
1	Há entre documentações, Projetos e Planos, ações e possibilidades que incluam a Educação Étnico Racial e propostas relativas ao gênero?	Pedagógico
2	Quais mecanismos são apresentados pela Escola para a elaboração de uma Educação voltada para relações étnico raciais e de combate à discriminação de gênero?	Pedagógico
3	De que maneira as práticas docentes trabalham questões sobre racismo, preconceito e gênero?	Pedagógico/ Professores
4	Como acontece o processo de apresentação da identidade negra, também apontadas pelo dia 20 de novembro?	Professores
5	Como a Escola trabalha o dia da Consciência Negra? Há atividades e/ou programações?	Pedagógico/ Professores
6	Os professores recebem capacitações específicas para o trato com a diversidade cultural, identidade negra e o trabalho com alunos de educação fundamental?	Pedagógico
7	Enquanto professores de educação fundamental, há formações continuadas ou complementares para o trabalho com a educação para relações étnico racial? Em caso negativo, faz falta? Porque?	Professores

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

REFERENCIAL TEÓRICO

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”
LDB, 1996

Conforme apresenta nossa Legislação Nacional para Educação, mas não apenas, tendo com base de análise e suporte teórico todas as legislações pertinentes à educação de maneira geral e global para o ensino (e aprendizado, bem como seu processo), e sua prática cidadã de formação do sujeito, para o exercício em sociedade, não está limitada apenas ao processo formal – não bancário, como apresentado por Paulo Freire – de sala de aula, escola e professor, ou mesmo a ele se restringe. Mas ao contrário deste modelo e de maneira muito holística, o processo educacional (formal ou informal) de instrução envolve responsabilidades sociais para além de formações específicas de conteúdos e disciplinas. Daí, a necessidade de construção desta proposta que surge face às lacunas e faltas na educação (o que prejudica e compromete a formação integral do indivíduo/sujeito para convivência e partindo do pressuposto de que toda educação é voltada para o convívio em sociedade e preparação para o trabalho) na perspectiva de uma educação para relações étnico-raciais, que representam o processo cultural de formação social do sujeito para exercício da cidadania, respeito ao outro e consideração das diferenças.

Nesta perspectiva, nosso país sempre foi visto com a imagem de um país pluriétnico de respeito às diferenças (raciais e sociais), (do mito) da democracia racial (FREYRE, 2006) e do

respeito ao próximo diferente; mas no entanto, práticas de convivência e experiências pessoais nos apresentam uma realidade diferente; pela apresentação do ‘cabelo diferente’, da ‘pele mais escura’, dos lábios grossos, do corpo esbelto, curvas acentuadas e bumbum avantajado, especificamente no caso de mulheres. O que dizer num país considerado ‘plural’ por suas variações raciais, quando estas características que nos diferenciam também nos discriminam? Sofremos por um preconceito velado e às escuras por aqueles que desconsideram a história e não respeitam o outro. Casos pessoais que algumas vezes não passam da pessoa que sofre e do agressor (por medo, desconhecimento ou vergonha), desconstruindo desta maneira a imagem do ‘respeito étnico’.

Após alguns fatos de discriminação e preconceitos abertos a jogadores de futebol negros (a exemplo) que por seu excelente desempenho profissional conquistam vagas em outros países, ou mesmo sem ir muito longe, em outros estados que apresentam pouco ou nem um esclarecimento quanto à história cultural e social de formação do país, e ainda utilizam termos como “macaco” ou “negro fedido” para referir-se ao outro, revelam a imagem distorcida do ‘país racialmente cordial’, livre de preconceito e/ou discriminações, e que muito ainda há de ser trabalhado para o exercício da prática cidadã do respeito e tolerância racial.

Imagem 01: Comentário de uma leitora referente à publicação da Revista quanto à escolha de uma das modelos de capa. Fonte: Rede Social, via página de acesso online da revista Boa Forma.

“Gaby, nada contra você, mas você é moreninha e morena não merece estar no Brasil, merece estar na África porque lá é lugar de pretos. Você é neguinha e tem o cabelo cacheado. #ForaPretos!”, escreveu uma seguidora identificada apenas como Ingrid Ferreira.

Acesso dia 08.11.2016

Apresento a imagem acompanhada do relato de uma assinante da revista referente à matéria em questão, como medida de realce do exposto anteriormente, aquela ideia do negro, eu cabelo e sua ‘cor’ que o inferioriza, bem como à toda história de construção da nação brasileira, de contribuição africana e negra. Acentuada pelo gênero da cantora paraense Gaby Amarantos, feminino, corpo esbelto e curvas acentuadas, em uma revista de referência em boa forma’ feminina; acostumada a apresentar modelos e de perfil socialmente conhecidos entre a temática: magras, brancas, cabelos lisos.

“Nada contra você, MAS **VOCÊ** é preta, ‘moreninha’ do cabelo cacheado” (grifos meus). Características que não resumem, mas representam, e discriminam; então, como não pode ser “eu”? E se não “sou eu”, quem é?

Há a necessidade da prática da convivência baseada e alicerçada no reconhecimento do outro e do respeito, fundamentada em princípios de igualdade e valorização; sem

preconceitos ou discriminações, independentes de raça, etnia, ‘cor’ ou condições sociais. Precisamos de práticas (educacionais, pedagógicas) que promovam uma educação consciente e de convivência pacífica entre povos e grupos sociais enraizados em processos de construções históricas e sociais de conquistas individuais e em grupo, tudo para consolidação da liberdade.

Apresentar propostas didáticas que contemplem o estudo de raças, culturas e do respeito à diferença. Processos educacionais que formem para o entendimento e o respeito ao outro em contexto e condições mais amplas, sem desmerecimentos ou estratificações sociais, e o melhor e mais adequado lugar (mas não o único) para estabelecer estes conteúdos e discussões, debates é a escola: promotora e difusora do conhecimento, sem posturas de diferenciação ou discriminação social, cultural ou racial em suas práticas pedagógicas. O aluno e o professor como construtores do conhecimento em sala aula, bem como todos profissionais escolares envolvidos.

O debate e a postura afirmativa precisam acontecer, professores e demais profissionais escolares como precursores e desbravadores nesta caminhada, servindo de exemplos a todos que formam, envolvendo e incluindo em suas programações e planejamentos escolares temáticas e projetos referentes.

Para o estudo da Educação para as Relações Étnico-Raciais faz-se necessário a quebra de paradigmas que sustentem a invisibilidade afrobrasileira presente em alguns discursos e materiais didáticos - processo fruto de uma construção histórica de discriminação e negação de identidade e formação cultural. Nesta abordagem, e preocupados com uma formação crítico-social dos alunos, há de ser considerado um processo formativo que considere diferenças e diversidades socioculturais de povos e grupos que favoreceram para a formação da nação brasileira. Consideração que supera discursos disfarçados ou limitados referentes à existência dos povos Afro; ou ainda materiais didáticos que ‘selecionam’ conceitos e sujeitos sócio históricos para apresentação em sala de aula, em séries ou idades específicas, bem como de suas histórias, e de nossa História.

Professores acompanhados de ferramentas didáticas de pesquisa e metodologia de consulta, com vistas à formação adequada e satisfatória para desenvolvimento de tais metas educacionais. Necessitam ainda do livramento de toda e qualquer forma de discriminação e/ou mentalidade racista/preconceituosa para conquistas e vitórias educacionais referentes à educação para relações étnico-raciais, pedagogias de combate ao racismo. “É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país” (PARECER 003, 2004, p. 7, CNE/MEC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“O material, tomado ao longo de um período de tempo suficiente, e profundidade de gravação suficiente de acordo com uma estratégia qualitativa, trazem resultados ricos”.

Bronislaw Malinowski, 1978

Mediante a aplicabilidade da pesquisa de campo e participação dos atores envolvidos, os resultados apontaram para uma educação que não está além dos conteúdos trazidos e apresentados pelos livros didáticos utilizados em sala de aula, referente à educação racial e influência da cultura afro e africana para a construção da identidade nacional.

Entre documentações escolares, Planos, Projetos, entre outros, e sua análise, bem como em entrevista com o setor pedagógico escolar, acusou para o atraso na atualização, em específico, do Projeto Político Pedagógico, decorrente da quantidade insuficiente de profissionais para atendimento da demanda. Aliada a este fato, está a não inclusão da temática de ERER entre as propostas de contemplação, permitindo uma lacuna quanto à adequação documental escolar específica e possibilidades inclusivas que atendam uma educação para as relações raciais. E ainda para o trabalho, desenvolvimento de propostas de combate (ou abordagem) de questões referentes às questões de gêneros (e discriminações sociais).

De maneira representativa, questões ligadas à educação racial e o trabalho com ficam condicionadas e diretamente atreladas a momentos específicos da história, apresentadas nos livros didáticos, quando trabalhados em sala. Ainda questões relacionais ligadas às datas comemorativas específicas, - como por exemplo dia do índio (19 de abril), dia da consciência negra (20 de novembro) -, apresentadas nos períodos em questão de suas respectivas comemorações, com atividades muito específicas e indiretas (feiras, momentos culturais e/ou apresentações). Já no que se refere ao trabalho pedagógico⁶ ligado às questões de gênero, afirmação da identidade e/ou discriminações sociais.

SÉRIE/ ANO	DISCIPLINA	TEMA	DATA	METODOLOGIA
5º	História	Dia do índio	19 de abril	Feira representativa, cartazes, crianças fantasiadas e apresentações infantis.
		Dia da Consciência Negra	20 de novembro	Feira representativa, cartazes, crianças fantasiadas e apresentações infantis.
Povos indígenas e Africanos.		-	Trabalho com Livro didático, atividades expositivas em sala.	
4º				

⁶ Refiro-me a todas as questões ligadas, direta ou indiretamente, às atividades escolares de maneira geral: ensino em sala de aula, atividades extra classe, propostas de ensino complementares, feiras culturais e tudo que reporte ao trabalho educativo/instrutivo.

1º ao 3º		Formação familiar; diferenças entre as pessoas ('somos diferentes);	-	Livros que apresentam imagens de maneira geral referentes às temáticas abordadas. Livro didático, atividades expositivas em sala.
		Profissões,		Livro didático, atividades

Quadro 2: Quadro demonstrativo das temáticas ERER e gênero no ensino fundamental⁷.

1º	Língua Portuguesa	trabalho, formação e entendimento. Formação familiar; diferenças entre as pessoas ('somos diferentes);	-	expositivas em sala. Sem referências significativas sobre ERER, e destaque apenas para a presença feminina (sem relação ou apontamento para raça) no mercado de trabalho de maneira geral, como conquista.
4º		Os materiais pedagógicos estudados e pesquisados para a série/ano em questão apresentam apenas ilustrações e/ou imagens de crianças/adultos negros, sem maiores destaques ou apresentações das temáticas.		
1º	Matemática	Os materiais pedagógicos, de maneira geral, apresentam apenas ilustrações e/ou imagens de crianças/adultos negros, sem maiores destaques ou apresentações das temáticas.		
2º	Geografia	Diferenças/ Características físicas; Diferenças geográficas.	-	Livro didático, atividades expositivas em sala. Sem referências significativas sobre ERER, e destaque apenas para a presença feminina (sem relação ou apontamento para raça) no mercado de trabalho de maneira geral, como conquista.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016

Sobre atividades docentes da abordagem de ERER, relatos docentes apresentaram práticas recortadas por séries e conteúdos específicos, exemplo: conforme temas pontuais - “O negro no Brasil” – são trabalhados em sala de aula tópicos em cada ano escolar, alunos do 1º ano estudam sobre questões referentes ao imaginário popular, danças, músicas; alunos do 5º ano estudam sobre questões sociais ligadas ao tema principal, seus conteúdos e objetivos, miscigenação, baseados em dias comemorativos, que se encerra com uma apresentação cultural encenada pelos alunos. Trabalho com valores sociais e morais relativos às situações de xingamentos entre os alunos⁸.

⁷ Em consulta aos materiais pedagógicos disponibilizados pela gestão da Instituição de ensino desta pesquisa.

⁸ Foi relatada situação de desentendimento entre os alunos (sem série especificada) em que entre xingamentos, foi utilizado o termo “macaco” como ofensa ao outro.

Desta maneira o processo de identificação negra é realizado por docentes e/ou profissionais escolares, capítulos e páginas de livros didáticos que são utilizados. Ainda, atividades de feiras, extracurriculares, no espaço escolar de apresentações artísticas do que foi trabalhado ao longo de um período/momento letivo em sala de aula.

Os profissionais de sala de aula trabalham com programações curriculares definidas em encontros/reuniões pedagógicas anuais para o período letivo - Trabalhos de Encontros Pedagógicos. Não há formações dirigidas e/ou especializadas para as temáticas de EREER e gênero, ou mesmo debates referentes, durante os Encontros Pedagógicos ou mesmo fora deles, em momentos dedicados, conforme relatado por professores. Professores de disciplinas específicas trabalham a temática de EREER em sala por conteúdos e capítulos de livros didáticas, a exemplo disciplina de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos pela pesquisa de Campo, infere-se a necessidade sincrônica dos Planos, Projetos e ações coordenadas em vista de uma Educação para Relações Étnico Raciais, bem como propostas relativas ao trabalho com gênero. Mecanismos pedagógicos que servem como suporte e norteiam práticas educativas e escolares, referências de consulta e encaminhamentos necessários não podem discordar de práticas e ações aplicáveis; são documentações de apoio e futuras consultas pedagógicas, que por si já apresentam a relevância de atualização frequente que acompanhe o processo educacional, e suas exigências sociais cotidianas.

Nesta linha, a necessidade de atualização documental já apresenta grave comprometimento quanto às práticas escolares planejadas e aplicáveis para o processo educacional satisfatório, que atenda às demandas sociais cidadãs. Este desacordo e desajustes podem trazer ao processo de ensinoaprendizagem falhas e/ou faltas em sua continuidade, tendo em vista o atraso na principal (ou principais) ferramentas de suporte pedagógico. Estes materiais de consultas nos permitem traçar objetivos e metas que poderão mudar conforme execução do planejado e seguindo necessidades, proporcionando quebras de paradigmas, possibilidades pedagógicas e novas técnicas de “ensinar e aprender”. Desta maneira, nos lançamos às possibilidades educativas que nos permitem, conforme necessidade, formar e reformular o processo, como apresenta Ilma Passos Veiga ao falar sobre Projeto Político Pedagógico (VEIGA, 2002)”:

“Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente. Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas



burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (p. 27)”.

Nesta análise, cabe ressaltar a importância desta construção coletiva e a necessidade de sua reformulação constante em benefício da educação. Trata-se de uma construção presente, de projetos que pressupõe rupturas, com projeções futuras que quebram estados confortáveis e estáticos (algumas vezes, por uma educação demasiadamente formal e bancária, apontada por Paulo Freire) pelo risco de coletas positivas em campos de ações possíveis de atuação, dada pela possibilidade da atualização processual (GADOTTI, 1994).

Os conteúdos trabalhados em sala de aula muitas vezes não correspondem às necessidades sociais de combate ao racismo e discriminação de gênero, pois não formam (ou não ajudam a formar) uma consciência cidadã crítica da questão, pela apresentação de fatos e fatos históricos (muitas vezes desprovidos de culturas) que abordem sobre ‘navio negreiro’, ‘escravização’, ‘superlotação de barcos e viagens carregadas de negros para o trabalho’. Uma visão reducionista trabalhada em sala, talvez por falta de conhecimentos e formações específicas sobre o tema e sem previsão em documentação escolar oficial de ação e/ou capacitação complementar.

Nesse sentido, é necessária a compreensão de nossa realidade concreta como ser histórico que considere questões do desenvolvimento humano e sociocultural, pois os valores, as práticas e as concepções sociais fundamentadas no respeito e consideração do outro são estabelecidas e alicerçadas na fase inicial de formação do ser humano, em suas relações educacionais (e familiares); enraizadas para vida inteira, baseadas no conhecimento.

E ainda por se tratar de uma questão legal presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e Constituição Federal, em seus Artigos 1º, §2º, onde a educação, que abrange processos formativos como a convivência humana, deverá vincular-se à prática social e sem seu Art. 205, apresentando a educação como meio para o pleno desenvolvimento da pessoa, respectivamente, e que consideram escola e a família como responsáveis pela educação e crescimento intelectual e pessoal da criança e do adolescente.

Educar é discutir a realidade, apresentando às crianças e jovens responsáveis e conscientes sobre a formação da identidade nacional e as colaborações para este processo; a existência do outro e suas diferenças – que não devem ser tratadas como racismo ou preconceitos - e partindo da abordagem, em casa e na escola, podemos melhorar os rumos de estereótipos construídos, discriminações arraigadas e preconceitos velados (ou nem sempre) histórica e culturalmente. Assim como está presente na legislação que “toda criança e adolescente têm direito a educação” (ECA, 1990, Art. 53); “visando o desenvolvimento e preparo para o exercício da cidadania” (CONSTITUIÇÃO, 1988, Art. 205) e “deve vincular-se

à prática social e desenvolve-se na vida familiar, convivência humana, no trabalho e nas instituições de ensino” (LDB, 1996, Art. 1º, § 2º).

Realidades escolares precisam considerar a educação racial como parte de seu processo educacional, bem como de gênero, mediante exemplos claros e reais de acontecimentos, que muitas vezes podem passar despercebidos entre ‘brincadeiras’ e verdades veladas, separados por uma linha tênue.

Ser negra não está ligado apenas as condições sensuais e/ou sexuais de um corpo feminino, com curvas e vistoso! Há muito mais por traz disto que precisa ser apresentado e discutido, primeiramente em sala de aula, ocasionando outros debates para além dela. Padrões de belezas europeus não são exemplos ou modelos a serem seguidos (eternamente).

Nesta discussão, as práticas de sala de aula (e na instituição escolar como um todo) precisam levar em consideração currículos voltados à realidade (inclusive de formação nacional), bem como a apresentação de diversidades culturais, que apresentem as colaborações negras, africanas, de forma clara e verdadeira na formação da identidade nacional; contribuindo de forma eficaz no combate ao racismo, bem como para sua redução e extinção.

Um racismo que sustenta e justifica uma superioridade racial e diferenciarem raças com qualidades psicológicas, intelectuais ou de caráter distintivo, afirmando diferenças biológicas existentes no interior da espécie humana, arraigadas historicamente e erroneamente arrastada por séculos. E a tendência em naturalizar as diferenças não desaparece, mas assume outras formas, agora com enorme desvantagem de servir para controlar não a relação com o distante, mas sim as relações no interior de uma mesma sociedade.

Primeiro, o racismo serviu para a dominação de um povo sobre os outros, depois, para a dominação de um grupo sobre o outro dentro de uma mesma sociedade. Dessa forma, o racismo não é apenas uma reação ao outros, mas uma maneira de subordinar o outro:

O racismo tem uma história, que é tipicamente ocidental e moderna e diz respeito às relações de saber e poder que se estabelecem tanto internamente à população europeia, quanto entre sociedades europeias ou europeizadas e uma grande variedade de outras sociedades e povos. Em ambos os casos, o que o racismo faz é usar as diferenças para naturalizar as desigualdades (BENTO e LÉVI-STRAUSS, 2002, 1976).

Como diz o etnólogo Carlos Moore (2008), o Brasil precisa assumir um racismo presente e quase constante, para então trabalhar as questões. Do contrário, não admitir, significa silenciar e atrapalhar um processo sócio educacional, bem como contribuir para a mesma prática histórica do preconceito. Nesta abordagem e pensamento, torna-se de extrema importância algumas alterações, bem como as de cunho político apresentadas, mais ainda eficazes no processo de ensino-aprendizagem; por exemplo, no que diz respeito às práticas de sala de aula, docentes e pedagógicas. Para tanto, lanço mão de alguns questionamentos pertinentes referentes



à temática, no que diz respeito ao perigo de uma ‘história única’ apresentada em sala de aula, mesmo depois da criação da Lei 10.639.

É preciso acabar com a ideia do significado de negro como sinônimo de ‘frouxo’, incapaz, fraco, que converge à uma imagem de inferioridade e primitivismo, negando as dinâmicas culturais africanas próprias; considerandoos (os negros africanos) “sem passado, sem história”, e talvez até sem futuro, conforme propõe Leila Hernandez em “A África na Sala de Aula”, grande referência para atividades relacionadas à África e histórias de dominação européia da população negra e africana, bem como da conquista do território.

A escola assume um papel fundamental neste processo e no que se refere à educação/formação comprometida com a formação integral do cidadão. Para além da reivindicação de direitos e justiça (social e histórica), uma educação e orientação também para a construção da identidade negra como afirmação de patrimônio cultural. Pondo fim ao ‘carimbo’ que alimenta e consolida o estereótipo e gera o preconceito/discriminação que quase sempre ‘nos apresenta e define’.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação como Cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. In: BRASÍLIA: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2009.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996)**. In: BRASÍLIA: Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2009.
- _____. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”**. Brasília, 2003.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org.) – **Educação e relações raciais: conceituação e historicidade**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010. – (Coleção contextos das ciências). Vários autores.
- DEWEY, John. **Experiências e Educação**, 1.ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 2010.
- FLEURY, Reinaldo Matias. **Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional**. In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 27. 2006.



GADOTTI, Moacir. "**Pressupostos do projeto pedagógico**". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. Coleção Os Pensadores. vol.L. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** - 12ª ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

LIVRO DE CONTEÚDO. **Gênero e Diversidade na escola**: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009.

MALINOWSKI. Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978
MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. **Sociologia e teoria crítica do currículo**: uma introdução. In MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (Orgs.) Currículo, cultura e sociedade . São Paulo: Cortez (1994), 6ª ed., 2002

OSORIO, Rafael Guerreiro. **Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil**: um balanço das teorias. Cap 3. In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil : 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares . – Brasília : Ipea, 2008. 176 p. : gráfs., tabs.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Reconhecer para libertar**: os caminhos cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS. Isabel Aparecida. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial**: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

SILVA Jr, Hédio. **Discriminação racial nas escolas**: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **A escola de Pretextato dos Passos e Silva**: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. Revista Brasileira de História da Educação. nº 4, jul/dez, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14 a edição Papyrus, 2002.

VEIGA-NETO, José. **Cultura, Culturas e Educação**. Revista Brasileira de Educação. ANPED, Maio/Junho/Agosto, nº23, 2004, p. 5-15.